

PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA E OUTRAS AUTORIDADES LOCAIS NOS SÉCULOS XIX E XX

César Oliveira situa o nascimento das câmaras na Idade Média. Em finais do século XV, todos os concelhos eram constituídos por câmaras municipais, embora com atribuições formais apenas parcialmente coincidentes, onde se enquadrava a jurisdição de 1ª instância, pelo menos em matéria cível. Nelas existiam ofícios menores, salientando-se os quadrilheiros (oficiais responsáveis localmente pela ordem e segurança públicas) e os juízos pedâneos ou de vintena. Eram também importantes os escrivães judiciais ou de notas e os juízes de órfãos, responsáveis pelos inventários para partilhas e para a administração dos bens dos órfãos.

Pelo numeramento de 1527-32, Trás-os-Montes tinha 97 câmaras.

A Câmara Municipal de Lisboa gozava de um estatuto jurídico-administrativo especial. Nas Cortes de Lisboa, reunidas por D. Afonso II, permitiu-se que ela se regesse por leis próprias.

D. Sebastião, no último terço do século XVI, deu-lhe um novo formato através da nomeação de um **presidente da câmara**, escolhido entre os principais fidalgos do Reino, de «limpo sangue e que tenha renda com que viva abertamente e seja de idade conveniente» e de três vereadores letrados, que teriam de ser desembargadores.

Segundo César Oliveira, no Antigo Regime, os principais interlocutores locais da Coroa e do Rei eram as Câmaras, funcionando como mecanismos de fiscalização e controlo. No entanto, elas não monopolizavam esse espaço, partilhando-o com os párcos, os oficiais das ordenanças e os capitães-mores. De acordo com o Padre Ernesto de Sales, estes últimos eram cargos muito desejados pelo prestígio social que tinham.

No início do século XIX, entre 1/3 a 1/4 das câmaras do país possuíam vereadores que assinavam de «cruz».

Os municípios portugueses caracterizavam-se por gritantes disparidades e pela diversidade e heterogeneidade. Contudo, grosso modo, tinham domínios de acção comuns, tais como:

- Protecção dos mercados;
- Abastecimento alimentar;
- Fixação de pesos e medidas;
- Taxação dos salários dos jornaleiros;
- Controlo dos expostos;
- Nomeação de guardas campestres e florestais;
- Conferição de posse aos médicos municipais e aos professores primários;
- Nomeação dos informadores das congruas.

Pelo decreto nº 23, de 16 de Maio de 1832, a administração concelhia foi entregue a um provedor de nomeação régia, junto do qual funcionava a Câmara, como mero órgão consultivo. Os corpos administrativos fixados por esse diploma de Mouzinho da Silveira, eram a Junta Geral de Província, a Junta de Comarca e a Câmara Municipal do concelho. Esta tinha à frente um provedor que era o depositário único e exclusivo da autoridade administrativa e um instrumento da administração real na periferia. Ele fiscalizava a cobrança da maior parte dos impostos da Coroa e das finanças locais e a sua competência estendia-se a misericórdias e hospitais. Competia-lhe ainda:

- Obedecer às directrizes do prefeito e do subprefeito;
- Executar as deliberações da Câmara Municipal;
- Realizar e controlar as operações de registo civil;
- Exercer funções de polícia e de manutenção da ordem pública;
- Realizar a superintendência das escolas;
- Assegurar o recrutamento dos mancebos para o exército.

De acordo com esse diploma, a câmara municipal era de base electiva. Só eram elegíveis os cidadãos que possuíssem rendimentos mínimos de 200 mil réis nas cidades e principais vilas e de 20 mil réis nos concelhos de menor dimensão.

Os protestos da população pelos abusos cometidos foram tidos em conta pela lei de 25 de Abril de 1835, que foi consubstanciada pelo Código Administrativo de 1836. O Provedor foi substituído pelo Administrador do Concelho, alargou-se a competência deliberativa da Câmara, competindo ao respectivo Presidente a execução das suas deliberações. Esse código foi o primeiro código administrativo sistemático do liberalismo, obra de Passos Manuel que foi encarregue da sua elaboração pela portaria de 11 de Outubro de 1836.

Portugal ficou assim dividido, do ponto de vista administrativo:

| Divisão administrativa | Magistrados administrativos | Órgãos colectivos |
|------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Distritos | Administrador-Geral | Junta Geral Administrativa |
| Concelhos | Administrador do Concelho | Câmara Municipal |
| Freguesias | Regedor de Paróquia | Junta de Paróquia |



A escolha dos administradores do concelho e dos regedores de paróquia era feita por listas tríplices ou quádruplas directamente votadas por eleitores. A escolha recaía depois sobre o Governo.

Pelo Código Administrativo de 1842 foi criado o Conselho Municipal, importante para as deliberações respeitantes às finanças locais.

O Código Administrativo de 1886 reconheceu a representação das minorias.

O Código Administrativo de 1878 extingue o Conselho Municipal, aumenta o poder tributário dos concelhos e atenua a tutela entregue às Juntas Gerais.

O Código Administrativo de 1886 reforçou novamente o poder do administrador do concelho e voltou a instituir o Conselho Municipal.

A lei nº 88, de 7 de Agosto de 1913, estabeleceu que a Câmara Municipal se desdobrava em Senado Municipal, Assembleia Deliberativa, com uma sessão ordinária semestral, e Comissão Executiva eleita pelo Senado. Esta orgânica perdurou até 1926 quando se instituem as Comissões Administrativas, que detinham todo o poder municipal. De acordo com essa lei as câmaras municipais de 3ª ordem possuem dezasseis vereadores e as comissões executivas de cinco vereadores.

O Código Administrativo de 1936-40 dividiu os concelhos em urbanos e rurais. Segundo ele, os órgãos da administração local eram o Conselho Municipal, com excepção de Lisboa e Porto, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara.

As câmaras foram geridas por comissões administrativas, de Abril de 1974 até às eleições autárquicas de 1976.

A lei nº 79/77, de 25 de Outubro, estabeleceu como órgãos do município a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Conselho Municipal, dotando as autarquias de autonomia política.

A lei nº 18/91, de 12 de Junho, extingue o Conselho Municipal, passando os órgãos do município a ser a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara.

NO ANTIGO REGIME

Existem actas da Câmara Municipal de Mirandela desde 1658. No entanto, elas são praticamente imperceptíveis, tendo sido afectadas pelo tempo. Foram doadas à Câmara Municipal de Mirandela pelo Padre Ernesto de Sales. Não foram encontradas as actas da Câmara Municipal de Mirandela de 1809 a 1814.

| Mandato | Nome |
|---------|---|
| 1800 | António de Antas Bacellar Barbosa (Nota 1) |
| 1808 | António Joaquim da Cunha (Juiz de Fora) António Joaquim de Cepeda (Procurador) |
| 1815 | José Manuel Teixeira Souza e Castro (?) |

NO LIBERALISMO

Foi um período marcado por alguma instabilidade nos cargos autárquicos, não sendo ainda proeminente a figura do Presidente da Câmara Municipal. Nessa época tinham também autoridade local os juizes de fora, os provedores e os procuradores. Em 1881, o pessoal da Câmara Municipal de Mirandela era constituído pelos seguintes elementos: escrivão, amanuenses, tesoureiro, médico do partido, cirurgião do partido, contínuo, guarda do cemitério, pregoeiro, servente do relógio, professores do ensino primário e, mais tarde, o aferidor. Faziam parte do pessoal da administração do concelho o administrador, o escrivão, os amanuenses e os oficiais de diligência. O cargo de administrador do concelho era remunerado (300,000 réis por ano). Apenas o médico do partido recebia mais do que ele (400,000 réis). Daí que fosse mais compensador e aliciante o cargo de administrador do concelho, servindo de presidente da câmara, por norma, o vice-presidente.

| Mandato | Nome |
|---------|---|
| 1822 | Sebastião José da Fonseca Mariz (Juiz de Fora) |
| 1822 | Domingos José Vieira Ribeiro (Juiz de Fora) |
| 1822 | Luís Frias de Morais Sarmento (?) António Pereira Aires (Procurador) Sebastião José da Fonseca Mariz (Juiz de Fora) Domingos José Vieira Ribeiro (Juiz de Fora) Manoel António Pereira (Procurador) |
| 1824 | Domingos José Vieira Ribeiro (Juiz de Fora) Paulo José Nunes de Sousa e Castro (Procurador) José António Nunes de Andrade (Procurador) |
| 1825 | Henrique de Azevedo Noronha Meneres |
| 1826 | Manoel Carneiro da Fonseca e Silva (Juiz de Fora) |
| 1829 | José António Corrêa da Costa Pereira do Lago (Juiz de Fora) |

| | |
|------|---|
| | António Pereira Sarmento de Queiroz (Juiz de Fora) |
| 1831 | António Pereira Aires (Procurador) |
| 1832 | José António Nunes de Andrade António Silvério Rodrigues (Juiz Almotacé) António José Miguel de Carmo Rodrigo |
| 1834 | José Joaquim Pereira |
| 1834 | António José Lopes Pastor (Provedor) António Bernardo de Sá Pinto (Procurador) |
| 1834 | Manoel Ignácio de Carvalho Salazar |
| 1835 | Francisco Joaquim de Cid Mello e Castro |
| 1842 | Manuel Carneiro da Fonseca e Silva |
| 1842 | João Manuel de Moraes Pessanha |
| 1843 | Manuel Carneiro da Fonseca e Silva (Nota 2) |
| 1846 | Francisco Velozo de Moraes Sarmento |
| 1846 | Manuel Carneiro da Fonseca e Silva |
| 1847 | Francisco Velozo de Moraes Sarmento |
| 1847 | António Silvio de Oliveira Pimentel |
| 1850 | João Alberto de Sá Pereira do Lago |
| 1854 | Gonçalo de Souza Vahia |
| 1854 | João Diogo de Azevedo Pimentel |
| 1856 | Francisco da Veiga Vahia Sequeira |
| 1858 | João Pedro d' Almeida Pessanha Francisco Ignacio de Cid Mello e Castro (Vice) |
| 1860 | Carolino d' Almeida Pessanha João Diogo de Azevedo Pimentel (Vice) |
| 1862 | Marcelino José Vaz José Joaquim de Meneres Pimentel (Vice) |
| 1864 | Marcelino José Vaz João Diogo de Azevedo Pimentel (Vice) |
| 1866 | José Maria de Mendonça Francisco José da Costa e Sá (Vice) João de Araújo Borges Pinto (Vice) (Nota 3) |
| 1868 | Carolino de Almeida Pessanha Marcelino José Vaz (Vice) |
| 1870 | Marcelino José Vaz António Silvério Rodrigues (Vice) |
| 1872 | João José Vaz de Madureira Lobo Joaquim de Assunção Teixeira (Vice) |
| 1874 | João José Vaz de Madureira Lobo José Joaquim de Moraes Sarmento (Vice) |
| 1876 | António de Sousa Athaide Pavão Cândido Joaquim de Macedo Baptista (Vice) |
| 1878 | António de Sousa Athaide Pavão José Benedicto de Araújo Leite (Vice) (Nota 4) |
| 1886 | Albino Luiz Mendo Francisco de Sousa Rebelo Pavão(Vice) |
| 1887 | Joaquim Bazílio da Costa (Nota 5) Manuel João Guerra |
| 1891 | João Ignacio Teixeira Pimentel Agapito Vaz da Motta Pontes (Vice) |
| 1893 | Dr. Olímpio Guedes de Andrade Joaquim Bazilio da Costa (Vice) |
| 1895 | António de Sousa Athaide Pavão José Benedicto de Araújo Leite (Vice) |
| 1899 | António de Sousa Athaide Pavão (Nota 6) João Pedro Vaz Gomes Ferreira (Vice) |
| 1902 | José Benedicto de Araújo Leite José Teixeira Mendes Bragança (Vice-Presidente) (Nota 7) |
| 1905 | José Benedicto de Araújo Leite Padre João Maria de Sousa Guedes (Vice) (Nota 8) |
| 1907 | Padre João Maria de Sousa Guedes Luís de Miranda Rodrigues (Vice) |
| 1908 | José António da Rocha Louza (Nota 9) Olímpio Elísio Cabral (Vice) |



NA 1ª REPÚBLICA

A figura do presidente da Câmara começa a atingir maior notoriedade na política local e concelhia.

| Mandato | Nome |
|---------|--|
| 1910 | Alfredo Emílio Fialho (Nota 10) Delfim Augusto da Costa (Vice) Rodrigo da Conceição Alves (Vice) |
| 1913 | Artur Arnaldo César Cid Gabriel Pereira (Vice-Presidente) |
| 1917 | Manuel Pereira Cardoso |
| 1918 | João Pedro de Souza |
| 1918 | Rodrigo da Conceição Alves (Vice-Presidente) |
| 1918 | Francisco de Araújo Borges Pinto (Nota 11) |
| 1919 | José António de Moura Pegado João António de Oliveira e Silva (Vice) |
| 1919 | Armindo Teixeira de Castro (Nota 12) José de Araújo Leite (Vice) |
| 1923 | Gastão Duarte de Menezes Pimentel Gabriel Pereira (Vice) |
| 1924 | Armindo Teixeira de Castro (Nota 13) Gabriel Augusto Pereira (Vice) |
| 1926 | Major Joaquim Maria Neto (Nota 14) Olímpio Elísio Cabral (Vice) |

NO ESTADO NOVO

Os Municípios eram agrupados em duas classes (rurais e urbanos) e, dentro de cada classe, em três ordens.

ORGÃOS COMUNS DOS MUNICÍPIOS:

- Concelho Municipal

Formado por representantes das Juntas de Freguesia, únicos órgãos eleitos por um colégio eleitoral formados por chefes de família ou equipados, das misericórdias e dos organismos corporativos.

O concelho municipal elegia os vereadores, fiscaliza a actuação do Presidente da Câmara (podendo requerer ao governo inquéritos aos seus actos) e delimitava as grandes linhas de orientação para a acção da Câmara Municipal.

- Câmara Municipal

Era um órgão colegial formado por um Presidente nomeado livremente pelo governo e por vereadores, cujo número dependia e variava em função da classificação do Município.

- Presidente da Câmara Municipal.

Embora o código administrativo recomendasse que a sua escolha deveria recair nos Municípios, com preferência para os vogais do concelho municipal, antigos vereadores, membros das comissões administrativas ou diplomados com curso superior, ele era livremente nomeado pelo governo.

Acabou por ser também o representante corporativo no território municipal do poder central. Possuía poderes de tutela sobre as Freguesias e constituía, no território municipal, a autoridade policial nos locais onde não existia a policia de segurança pública.

Só em 1969 foi permitido nas Câmaras Municipais urbanas de 1ª classe a delegação de poderes nos vereadores, para maior e melhor eficácia da sua actuação.



ÓRGÃOS ESPECIAIS DOS MUNICÍPIOS:

- Juntas de Turismo.
- Comissões Municipais de Assistência.
- Órgãos Municipais conjuntivos (comissão municipal de arte e arqueologia, comissão venatória concelhia, comissão municipal de higiene, comissão municipal de turismo, organismos corporativos do concelho).

Existia uma centralização tríplice nas autarquias: a nomeação governamental do Presidente da Câmara, a possibilidade de dissolução (que se fundava na capacidade interventora e inspectiva dos Ministérios das Finanças e do Interior) e a obrigatoriedade de aprovação, pela administração central, de determinadas deliberações municipais.

As Câmaras Municipais tinham carências financeiras gritantes e inúmeras limitações à sua autonomia.

Estavam dependentes das «comparticipações do estado», do fundo do desemprego, do fundo dos melhoramentos rurais e da iniciativa associativa dos habitantes que constituíam comissões e ligas de melhoramentos para conseguir financiamentos ou fazer pressão para colmatar problemas e carências.

Os Municípios eram inoperantes e apagados devido aos condicionalismos em que actuavam.

Os Presidentes das Câmaras, com excepção de Lisboa e Porto, não exerciam o cargo a tempo inteiro e recebiam apenas uma gratificação mensal. Havia carência a nível dos quadros técnicos. Para elaboração de um Projecto de Construção do Cemitério da Bronceda, a Câmara Municipal de Mirandela teve de solicitar, no dia 07 de Novembro de 1968, à Direcção de Urbanização de Bragança, da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, um técnico. Foi nomeado o Engenheiro Francisco dos Santos Rodrigues Cardoso. O Presidente da Câmara Municipal de Mirandela era o Engenheiro Agrónomo José Clemente Sanches Dias Pereira.

As obras públicas dependiam mais das pressões exercidas por personalidades locais do que das Câmaras Municipais. Dependiam dos «favores» ou da «boa vontade» da administração central, sobretudo do Ministério das Obras Públicas. Eram mais participados os municípios presididos por «doutores» ou por militares.

O Ministério do Interior inspecionava a administração, orientava os presidentes das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, uniformizava a interpretação e aplicação das normas legais e chamava a atenção para as lacunas e deficiências notadas na administração.

| Mandato | Nome |
|---------|---|
| 1932 | Alberto de Sousa Ataíde Pavão Olímpio Elísio Cabral (Vice) (Nota 15) |
| 1933 | Dr. Miguel Vaz Pereira Pinto Souza Bacelar Olímpio Elísio Cabral (Vice) |
| 1933 | Olímpio Elísio Cabral António Manuel Gonçalves (Vice) |
| 1935 | Dr. Eurico de Moraes Pires Carrapatoso (Nota 16) Álvaro Trigo de Abreu (Vice) |
| 1938 | Dr. João Baptista Borges (Nota 17) Capitão Ilídio Aires Esteves (Vice) |
| 1946 | Capitão Ilídio Aires Esteves (Nota 18) |
| 1959 | Dr. Eduardo José Fins Bartilotti António de Moraes Castro (Vice) (Nota 19) |
| 1965 | António Manuel Caiado Ferrão (Nota 20) José António dos Santos Vilares (Vice) |
| 1966 | Eng. José Clemente Sanches Dias Pereira |
| 1969 | Eng. António Jacinto Barreto de Chaves (Nota 21) António Clemente Meneres Manso (Vice) |
| 1973 | Dr. José da Cruz Pires Manuel Alberto Ferraz de Sousa Ataíde Pavão (Vice) |



PÓS 25 DE ABRIL

| Mandato | Nome | Partido |
|--|---|---------|
| 1974 (Comissão de Administrativa) | João Azevedo Lopes (Nota 22) | --- |
| Outubro de 1975 (Comissão de Gestão) | Franklin Alves de Paiva; Alfredo dos Santos Fernandes e Manuel Joaquim Ferreira | --- |
| 16 de Janeiro de 1976 (Comissão Administrativa) | Marcelo Jorge Lago Vogais: Francisco do Patrocínio Martins; Franklim Alves de Paiva; Carlos Alberto Lobo de Castro e Silva e Fernando Artur Morais (Nota 23) | PSD |
| Janeiro de 1977 a Fevereiro de 1978 | Maximino José Silva Monteiro Vice: Jorge Luís Pereira de Melo Teles Roque de Lima (Nota 24) | CDS |
| Março de 1978 a Outubro de 1978 (Comissão Administrativa) | Marcelo Jorge Lago Vogais: José Gonçalves e José Sequeira Rodrigues (Nota 25) | PSD |
| Outubro de 1978 a Dezembro de 1979 | Marcelo Jorge Lago Vogais: Manuel João Morais Araújo (Nota 26) | PSD |
| 1980-1982 | Marcelo Jorge Lago Vice: Manuel João Morais Araújo (Nota 27) | PSD |
| 1983-1985 | Marcelo Jorge Lago Vice: Manuel João Morais Araújo (Nota 28) | PSD |
| 1986-1989 | Marcelo Jorge Lago Vice: Manuel João Morais Araújo (Nota 29) | PSD |
| 1990-1993 | José Augusto Gama Vice: Nuno José Abrunhosa de Sousa (Nota 30) | CDS |
| 1994-1997 | José Augusto Gama-José Maria Lopes Silvano (por substituição) Vice: Nuno José Abrunhosa de Sousa (Nota 31) | PSD |
| 1998-2001 | José Maria Lopes Silvano Vice: Nuno José Abrunhosa de Sousa /Cândida Maria Piedade Carvalho (Nota 32) | PSD |
| 2002-2005 | José Maria Lopes Silvano Vice: António José Pires Almor Branco (Nota 33) | PSD |

NOTAS:

1) As informações relativas ao século XIX não são totalmente fidedignas porque as actas da Câmara são antigas e pouco perceptíveis. Além disso, os cargos não eram rígidos e estabilizados. A única certeza que temos é a de que os nomes avançados correspondem a indivíduos que integraram a administração local de Mirandela. Os administradores de concelho tinham maior importância e influência administrativa e política.

2) Era também frequente a Câmara Municipal proceder à extracção de **jurados**. Em 1843, foram nomeados jurados da paróquia de Mirandela António José Baptista, Francisco Ignacio de Cid Mello e Castro, Júlio César de Fontoura Lobo e António Manuel Teixeira Gomes. Também se nomeavam elementos para o Conselho Municipal. Em 1844, foram João Silvério Pereira do Lago, Francisco da Veiga Bahia, António Luís de Sá Pinto, Francisco de Moraes Sarmiento e José António Nunes de Andrade, como efectivos, e Francisco Ignacio de Cid, Alexandre José Garcia, Bernardino Tozé da Costa Alves, António Caetano de Moraes Pinto e Adriano João de Araújo, como substitutos.

3) Segundo o Padre Ernesto de Sales, os vereadores foram **Carolino de Almeida Pessanha, José Silvério Rodrigues Cardoso, Libório Mena Barreto, Marcelino José Vaz e Manuel José Vaz**.

4) Os vereadores eram **José Teixeira Mendes Bragança, José Maria de Sousa Machado e José Tomás Nogueira**.

5) Pelo facto do Presidente da Câmara ter optado por exercer o cargo de administrador do concelho, serviu de presidente durante o mandato o vice-presidente, **Manuel João Guerra**. Nas eleições para o triénio 1890 a 1892, **Joaquim Bazílio da Costa** volta a vencer, tendo sido eleito vice-presidente **João Ignacio Teixeira Pimentel**, que, em 1891, já é designado nas actas como o presidente da Câmara. Na sessão de instalação, o vereador Leopoldo Ferreira Sarmiento Pimentel contestou a eleição do presidente da câmara por ele estar a exercer o cargo de administrador efectivo.

6) Serviu de presidente durante muito tempo **João Pedro Vaz Gomes Teixeira**.



7) **José Teixeira Mendes Bragança** faleceu no Porto. Era licenciado em Farmácia. A sua esposa era Matilde Doutel de Andrade e era irmão de Maria Emília Bragança Miranda, Angélica Bragança Miranda, Augusto Mendes Bragança e António Baptista Mendes Bragança.

8) Os vereadores foram **António José Barreira, Francisco de Melo Alvim e António Abílio de Sá Pinto**.

9) **José António da Rocha Louza** foi deputado da Nação e prestigiado chefe do Partido Regenerador de Mirandela, segundo o «Notícias de Mirandela».

10) Serviu de presidente o vice **Delfim Costa**, já que o presidente era também o administrador do concelho.

11) O Governador Civil determinou a instalação de uma comissão administrativa. Os pelouros existentes na altura eram: presidência e secretaria, obras públicas, açougues e incêndios, iluminação pública e instrução e limpeza pública e cemitério. Os vereadores foram **Olímpio Elísio Cabral, Francisco José da Gama, P. Dinis Xavier Coelho e Albino de Moraes Castro**. O escrivão era **Arnaldo Mendo**. Nesse mandato foi elaborado o primeiro Regulamento do Cemitério de Mirandela, que havia sido inaugurado em 1872 pelo Reitor António Gomes Casimiro.

12) **Armindo Teixeira de Castro** era comandante dos Bombeiros Voluntários em 1909.

13) **Armindo Teixeira de Castro** volta a ser Presidente da CMM; o vice era Gabriel Pereira e os restantes vereadores António Augusto Fernandes Tender, Hernâni A. Ferreira e Augusto Pires. Na sua edição de 15 de Fevereiro de 1920, o «Povo de Mirandela» noticia que Armindo de Castro ficou bastante magoado em virtude de uma alavanca de ferro que se desprende do solo e o apanhou numa perna quando assistia a uma das escavações para plantio de árvores na Praça Velha.

14) Os **vogais da CMM** eram **Augusto Borges Guimarães, João António de Almeida, Alfredo Vaz e Ilídio Aires Teixeira**; os substitutos eram **Artur Arnaldo César Cid, António Manuel Alves, Augusto César Ribeiro, Clemente José de Sá Pinto e Ernesto Costa**.

15) Pediram exoneração.

16) O Dr. **Eurico Pires Moraes de Carrapatoso** foi Reitor do Liceu de Mirandela; foram também vereadores efectivos o **Dr. Álvaro Trigo de Abreu**, Chefe da 3ª Brigada Técnica do Ministério da Agricultura, o **Dr. António Cândido Pereira**, Intendente de Pecuária de Mirandela e o **Eng. Henrique Kopke**. Os suplentes eram o **Dr. José Eduardo Pires**, médico, e os proprietários **Augusto da Costa Pessoa, Francisco Gama e António Pavão**.

17) **João Baptista Borges** era advogado e em 1961 residia no Largo do Toural, nº 5. Encontra-se sepultado no Cemitério de Mirandela. Era filho de José Benedicto Borges e de Bernardina Nogueira. Nasceu no dia 3 de Junho de 1902 nos Avidagos e faleceu no dia 19 de Dezembro de 1984.

18) **Ilídio Aires Esteves** nasceu em Vila Flor. Faleceu com 65 anos de idade. Nasceu em 1897 e faleceu no dia 1 de Outubro de 1962 e foi sepultado no Cemitério de Mirandela. Era oficial do Exército. Em 1943 eram vogais da CMM: **Amândio Azevedo Teixeira, António Coelho Rocha, Guilherme Gonçalves e António Negroiro Vaz**. Participou, como militar, na I Guerra Mundial e exerceu o Comando da Guarda Nacional Republicana nos quartéis de Chaves, Bragança e Mirandela. Durante o seu mandato foram edificadas em Mirandela obras públicas importantes, tais como o Hospital Distrital, o Palácio da Justiça e a Escola Agrícola de Carvalhais.

19) Os vereadores eram **Amílcar Augusto Moreira Magalhães, António Eduardo de Araújo Faria, António José Pires de Lima de Castro e Alfredo Lopes**.

20) **Caiado Ferrão** era médico e em 1961 residia na Rua da República, nº 151.

21) **Barreto de Chaves** era natural dos Açores e foi o planificador e técnico acompanhante das obras do Complexo Agro-Industrial do Cachão, particularmente o Bairro Social. Foi o grande impulsionador do plano director da vila de Mirandela, tendo dado origem às primeiras urbanizações, sobretudo ao Bairro da Preguiça.

22) **João Azevedo Lopes** faleceu com 65 anos de idade no dia 9 de Novembro de 1977, no Porto e foi sepultado no Cemitério de Mirandela. Era filho de António M. Lopes e de Maria Mota. Era casado com Infância do Carmo Teixeira Lopes. Era pai de Roger Fernando Teixeira Lopes, casado com Maria Teresa Montenegro, irmão de Teresa de Jesus Lopes Vicente e de Lucília Lopes e tio de Elvira Lopes Vicente, Natália Lopes Vicente, Dr. Albérico Lopes e Amílcar do Nascimento Lopes. Foi proprietário da Moagem Mirandense, da Cerâmica Mirandense em Vila Nova das Patas e fundador da Farmácia da Ponte. Foi o obreiro-mor do arranque definitivo da construção do Bairro da Preguiça e co-fundador do Aero-Clube de Mirandela, tendo presidido à direcção. Sob o seu mandato foi criada e extinta a Escola de Viação Civil.



23) Tomaram posse no dia 16 de Janeiro de 1976 perante o Governador Civil de Bragança, Fernando Augusto Gomes. Um a um, prestaram o juramento contido na parágrafo segundo do artigo trezentos e trinta do Código Administrativo. **Marcelo Lago** era comerciante, **Francisco Martins**, professor da Escola Preparatória, **Franklim Paiva**, engenheiro técnico dos Serviços Hidráulicos, **Carlos Silva**, professor da Escola Agrícola de Carvalhais, e **Fernando Morais**, funcionário aposentado.

24) As primeiras eleições democráticas ocorreram no dia 12 de Dezembro de 1976. O Presidente, **Maximino Monteiro**, de 41 anos de idade era do CDS e professor do ensino secundário. Os vereadores eram:

- **Jorge Roque de Lima** (PSD): 50 anos e engenheiro;
- **Manuel Joaquim Ferreira** (PS): 51 anos e funcionário público;
- **Jorge Luís Martins da Cruz** (CDS): 35 anos e engenheiro; foi substituído por **Victor Abel de Sousa**, de 37 anos de idade e regente agrícola;
- **Nuno Amílcar Cristóvão** (PSD): 36 anos e economista;
- **José Fernando Sequeira Rodrigues** (PS): 37 anos e industrial;
- **Fernando dos Reis Pires** (CDS): 45 anos e empregado bancário; foi substituído por **Francisco das Chagas Ferreira**, de 46 anos e industrial.

25) No dia 20 de Março de 1978 tomaram posse perante **Adérito Marcelino Silva Rodrigues**, Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela. A acta foi subscrita pelo Chefe da Secretaria da Câmara, Alfredo dos Santos Fernandes.

26) Houve eleições antecipadas no dia 10 de Setembro de 1978. Foram eleitos:

- **Marcelo Jorge Lago**;
- **Manuel João Morais Araújo**, 37 anos e engenheiro técnico agrário;
- **Luciano Lopes Prada**, 38 anos e professor do ensino primário;
- **José Almor Branco**, 46 anos e funcionário público;
- **José Fernando Sequeira Rodrigues**;
- **Victor Abel de Sousa**;
- **Albino Luís de Araújo Mendo**, 59 anos e arquitecto.

Os quatro primeiros eram do PSD e os restantes do PS, CDS e APU, respectivamente.

As votações foram as seguintes:

- PSD (**Marcelo Lago**) - 54 %
- CDS (**Vitor Abel de Sousa**) - 15,2 %
- APU (**Albino Mendo**) - 14,3 %
- PS (**José Rodrigues**) - 13,8 %

Houve 60% de abstenção. Essas eleições impuseram-se porque os vereadores do PSD e do PS apresentaram a demissão.

27) Nas eleições gerais de 16 de Dezembro de 1979 foram eleitos os seguintes vereadores: **José Almor Branco**, **Luciano Lopes Prada**, **Manuel João Morais Araújo**, **Aníbal Júlio Pinto**, **Francisco Patrocínio Martins** e **António Alberto Telheiro**.

28) A CMM foi instalada no dia 3 de Janeiro de 1983 perante Emília das Neves Lago, 1ª secretária da Assembleia Municipal de Mirandela. Tomaram posse o Presidente **Marcelo Lago** e os seguintes vereadores: **Aníbal da Costa Garcia** (CDS); **Manuel João Morais Araújo** (PSD); **José Manuel Morais Miranda** (PS); **José Aurélio Ferreira Mexedo de C. Machado** (CDS); **Luís Aníbal Dias Liberal** (PSD) e **Hermínia Judite Carlião Policarpo** (PSD).

29) As eleições foram a 15 de Dezembro de 1985. Foram eleitos:

- **Marcelo Jorge Lago** (PSD);
- **Manuel João Morais Araújo** (PSD), vereador a tempo inteiro;
- **Ângelo Dinis Teixeira** (PSD), 31 anos, engenheiro civil e vereador a tempo inteiro;
- **Luís Aníbal Dias Liberal** (PSD), 42 anos e engenheiro técnico-agrário;
- **Fernando Artur Morais** (CDS), 59 anos e funcionário público;
- **Nuno José Abrunhosa de Sousa** (CDS), 43 anos e funcionário público;
- **José Carlos Barreiros Nunes Rodrigues** (PS), 40 anos e engenheiro agrónomo.

30) Foram eleitos os seguintes vereadores:

31) Foram eleitos os seguintes vereadores: **Nuno José Abrunhosa de Sousa**, **Ângelo Dinis Teixeira**, **Cândida da Piedade Carvalho**, **Manuel António Gonçalves**, **Carlos Alberto Pinto** (todos do PSD) e **Marcelino Humberto Gama** (PS).



32) Foram eleitos pelo PSD **José Maria Lopes Silvano, Ângelo Dinis Teixeira, Cândida da Piedade Carvalho e Nuno José Abrunhosa de Sousa**, pelo CDS **António Óscar Vaz e Hernâni Torres Moutinho** e pelo PS **Adérito Joaquim Lopes**.

33) Foram eleitos pelo PSD **José Maria Lopes Silvano, António José Pires Almor Branco e Cândida da Piedade Carvalho**, pelo CDS/PP, **Domingos Alberto Doutel, Nuno José Abrunhosa de Sousa e Maria Isabel Ganilho Lopes Velho Borges Pires** e pelo PS, **Henrique António Pedro**.